

DOSSIER

ECONOMIAS PENINSULARES NO SÉCULO XVII

ECONOMIA E CONJUNTURA AGRÍCOLA NO PORTUGAL DE SEISCENTOS

(O exemplo de Entre-Douro e Minho. 1600-1650)

AURÉLIO DE OLIVEIRA

Departamento de História da F.L. da Universidade do Porto

CASTELA, 1580-1650: A CRISE ECONÓMICA E POLÍTICA DE «REFORMA»

ANGEL GARCIA SANZ

Universidade de Valladolid

ECONOMIA E CONJUNTURA AGRÍCOLA NO PORTUGAL DE SEISCENTOS

(O exemplo de Entre-Douro e Minho. 1600-1650)

1. A abordagem da primeira metade do século XVII tem enfermado sempre — e salvo poucas excepções — de alguns pressupostos os quais, ao menos quanto à análise económica e social, se terão que deixar à margem. Essas apreciações e estudos terão que (pelo certo numa primeira parte) deixar de lado os aspectos políticos os quais, de facto, têm impedido de chegar-se a uma visão desapaixoadada e serena do período que decorre de 1580 a 1640.

2. Ainda recentemente autores que no conjunto abordam esse período e em obras de grande divulgação (que o deveriam ser também de actualização) — corrigida já em parte uma imagem miserabilista de continuada catástrofe nacional do ponto de vista económico e social — presente durante todo o domínio filipino — não conseguem, ao fim, superar a contradição entre «não-catástrofe» e «Revolução».

3. Vem de longa data aquele tipo de explicação com modalidades e «actualizações» nas diferentes correntes da historiografia nacional e que, se por um lado, pode radicar num saudável sentimento político e patriótico (outras vezes ideológico) por outro, transpostos, sem mais, para os níveis da análise histórica têm provocado graves entorses e distorções (e quando melhor se vai conhecendo o tablado económico e social desse período o seu verdadeiro comportamento). E pode dizer-se que a historiografia nacional tem tido certas dificuldades em sair destes esquemas explicativos quando assente em pressupostos desse tipo, por mais floreados ou enrameados que se lhe junte.

4. Neste particular essa historiografia tem copiado e seguido o porte de alguma outra europeia que ao mesmo período se tem dedicado, e também — diga-se — com alguns entorses do mesmo cariz.

«Assim, os escritores alemães amplificaram e exageraram a magnitude do colapso filipino com o fim de ressaltar o contraste com o período anterior do «seu Carlos V» (não reparando sequer que a

esse «germanismo» transmitido aos Filipes por Carlos V vêm os espanhóis, por sua vez, a atribuir os maiores vícios e males da administração e conduta de, por exemplo, Filipe II — sem dúvida o maior construtor do Império! — Veja-se Sanchez Albornoz. *España um enigma historica* ¹. Os italianos, como os alemães, procedem de igual modo, com o fim, ora velado ora confesso, de alegar para os outros as responsabilidades principais do afundamento italiano entretanto verificado (e, como se sabe, devido a cousas estruturais e conjunturais muito mais alargadas e vastas); os franceses (e também alguns espanhóis) com a finalidade de, denegrindo os Áustrias, exaltarem os Burbões. Finalmente liberais e heterodoxos — principalmente a corrente protestante — para estigmatizar os malefícios da Inquisição — única responsável também por todo o colapso e definhamento moral, espiritual e intelectual entretanto também verificado» ².

A historiografia nacional mais «oficializada» tem-se movido quase sempre dentro de idênticos parâmetros de que resulta, como clara evidência, a exaltação das glórias e realizações nacionais anteriores à Dominação. Visa-se responsabilizar aquela administração pelas graves amputações e decadência de todo o Império Ultramarino. Alijar para uma administração estranha a recessão ou estagnação económica verificada. Resulta, finalmente, e de modo também claro a exaltação da Casa de Bragança atentas, sobretudo, a «suavidade e moderação» intencionalmente adoptadas ou postas em prática pelo novo monarca. Assim, onde muitos vêm apatia e indecisão, vêem outros, virtude e alto senso político!

Outras correntes que se têm assumido como não «oficializadas», não têm conseguido trazer qualquer suporte científico à contemplação e real conhecimento deste período e à própria revolta de 1640. Têm com toda a facilidade e comodismo substituído o esforço e trabalho de investigação pelo enquadramento ideológico dos dados conhecidos usando para isso todo o material que aquela primeira (e outras) correntes têm, apesar de tudo, carreado e posto a descoberto. E o resultado fica também claro, por mais rameados e floreados com que se enriqueça. A chave explicativa que se erigiu para a explicação prévia de todo o processo histórico e também para este caso concreto fica demasiado claro e patente: afinal, mais um mero episódio de luta de classes ³.

5. Assim o comportamento social, económico, político e até moral de todos os grupos da população, sobretudo no último período da administração filipina, ter-se-ia pautado por um único factor — ao fim e ao cabo — o nacionalismo e patriotismo seja assumido e

lidimanamente consubstanciado nos «Quarenta Fidalgos» que «desintereessadamente» assumiram e encarnaram iguais sentimentos da resistente população; seja (o mesmo nacionalismo e patriotismo) desta feita levada a cabo por soldados, camponeses e marinheiros, os quais por uma assumida, consciente e violenta luta de classes consubstanciaram esses sentimentos e alijaram a administração espanhola e a aristocracia nacional claramente toda comprometida e conivente com aquela administração, praticando, desta feita, e mais uma vez, a Redenção Nacional ⁴.

6. Não exploramos nem desenvolvemos aqui — por falta de espaço — quer as consequências destas correntes explicativas, quer até os «factos» históricos que utilizam — e outras vezes não utilizam — para a construção do(s) seu(s) edifício(s) final(ais).

7. Digamos tão só e em síntese que temos do processo histórico uma visão mais complexa, e mais à medida do Homem que dificilmente se comporta e age na base de um único estímulo, imutável e sempre uniforme nas vicissitudes do tempo e nos condicionalismos do Espaço.

Que o seu comportamento e acção se inscrevem e enquadram, por outro lado em movimentos de curta, média e longa duração. Movimentos mais ou menos profundos, mais ou menos conscientes (frequentemente mesmo inconscientes — ao tempo de execução efectiva da acção e do comportamento) mas que o historiador se deve esforçar por conhecer e apreender se alguma vez pretende uma reconstituição histórica à medida do Homem — que é pluridimensional, mesmo que em certas ocasiões e em certos fenómenos a tentação (fácil) de o reduzir a uma única dimensão seja grande, pareça mais evidente e quiçá altamente tentadora.

Ora é esse estudo e conhecimento das realidades profundas que particularmente decorrem a nível da economia e da sociedade portuguesas (como também das mentalidades e comportamentos não materiais) que nos continuam a faltar.

*

Ainda que tomando como quadro preferencial de referência a região de Entre-Douro e Minho (bem representativa, porém, de toda a área geo-natural de NW português — nos termos em que Orlando Ribeiro a definiu e caracterizou ⁵), praticando embora outra redução de monta, é certo, visto nos confinarmos particularmente ao mundo rural e campesino: (mas não esquecendo a realidade urbana,

quer como centros populacionais, quer como pólos de actividade mes-teiral e mercantil ⁶) deve afirmar-se sem rebuços, que o período que decorre de 1580 — e particularmente 1600 a 1640/50 ⁷ — se apresenta a nível da economia e sociedade bastante diversificado, cortado ou entrecortado por movimentos de diferentes ritmo e às vezes de sinal contrário. Seguramente não enquadrável num único ritmo e processo quando visto à luz dos movimentos de curta e média duração. Apreciado ou inscrito em movimentos longos apresenta-se mesmo com uma fisionomia contrária à que as correntes voluntaristas pretendem transmitir. Quer dizer: a estes níveis e nestes campos da observação histórica não podemos — sem mais — meter tudo no mesmo saco entre 1580/600 e 1640/50.

A nível económico — e à partida — creio que conviria distinguir e apreciar a estrutura financeira e global do País, essencialmente representada (com maior ou menor propriedade) pelas Finanças Régias e pelos Recursos da Coroa. (Repousa, quase em exclusivo sobre o grande comércio ultramarino. As receitas da Casa da Índia são o seu máximo aferidor). Traduz, sem dúvida, uma face importante do comportamento da economia portuguesa (de Quinhentos e de Seiscentos). Conviria, porém, apreciar também, pelo menos como hipótese e metodologia de trabalho e de análise, a restante estrutura económica e o restante tablado — que não apenas o financeiro — do país, perscrutando-o seja a nível do pulsar global, seja regional. Estrutura económica, da produção à troca — que mesmo durante o século de Quinhentos ocupou a esmagadora maioria da população.

A outro nível — e com outro tipo de incidentes conviria praticar ainda outros níveis de redução e distinguir, por exemplo, os núcleos urbanos (ou para-urbanos) e os rurais. Dos primeiros os que vivem essencialmente do grande comércio exterior. Dos segundos (para-urbanos) os que têm uma participação indirecta e menos clara nesse mesmo comércio e os que estabelecem uma relação e ligação preferenciais com o comércio interno e todo o vasto tablado rural.

Ora os fenómenos e vicissitudes destas (como de outras) componentes do todo económico e social nacional podem não ser sincrónicos, podem não ser homogéneos, podem mesmo apresentar ritmos e comportamentos diferenciados (particularmente em períodos em que a solidariedade (a solidez) de um todo económico-financeiro nacional estava longe de existir, e cuja realidade se traduzia — antes, e de preferência — por uma verdadeira desarticulação de áreas geográficas, de mercados e até de clientelas sociais e fluxos financeiros). Conviria ou convirá, pois, observar cada um desses mundos — e decompô-los — se possível, em outros sectores menores que possibilitem e afinem a observação. Só daí resultará uma visão segura do conjunto.

Tomando como exemplo a relação e comportamento de duas dessas realidades mais conhecidas — as finanças régias/Coroa — e a relação que se vê obrigada a estabelecer com o mundo urbano (ou tectura administrativo-tributária do país) facilmente se verificará que o aperto das finanças régias é um facto em crescimento constante até 1640, alimentando todas as grandes preocupações régias. (Certo é, porém, continuar ele após aquela data, embora quase nunca se refiram a partir de então nos mesmos termos).

Perante a sucessiva míngua dos recursos alfandegários da Casa da Índia e do comércio régio, só há uma alternativa: pedir ao país, pedir às cidades, às cidades marítimas que vivem do comércio, mas pedir também aos municípios para-urbanos e rurais: solicitando o outro país: o do interior. Das respostas aos pedidos uma imagem ressalta: a confissão generalizada de miséria e de dificuldades económicas por todo o lado, a falência generalizada dessa rede de cidades marítimas ou a elas articuladas, as quais, porém (como primeiro mostrou Jaime Cortesão e depois também Frédéric Mauro, entre outros) não estão de facto em diminuição, mas em processo de crescimento para a sua actividade económica e enchente populacional. Estão, de facto, e bem pelo contrário engrossando seus tratos (pelo menos até 1635-1636)!

Desses pedidos e das consequentes lamúrias de miséria, de subterfúgios de toda a espécie que apresentam para se esquivarem a tais solicitações (e de que se encontra eco, a esmo, nas vereações de todas as câmaras do reino) se extrai uma conclusão fácil e rápida: miséria e apertos sucessivos e continuados.

Para o Entre-Douro e Minho (e a partir das câmaras do Porto, Braga, Viana, Guimarães, Ponte do Lima do Conde ⁹) surgem como anos de maior aperto, e de alegadas dificuldades, os de 1610, 1611-12, 1613, 1618, 1619, 1620-22; 1632-1635, 1636, 1637 e 1638. Estes últimos anos (desde 1635, como pela primeira vez para isso chamamos a atenção ¹⁰) são sincrónicos com as primeiras agitações sociais e tentativas de levantamento, por seu turno também coincidentes com as tentativas de derrama do real de água, quer nesta região, quer nas restantes do país.

Por sua vez e a nível geral das finanças régias constata Vitorino Magalhães Godinho uma situação, de facto nada risonha. Segundo este autor, o período que vai de 1611 a 1631 salda-se pela existência de uma dívida crónica de cerca de 2 milhões e 100.000 cruzados (de média) só sobre os empréstimos internos (fora, pois, os externos. Montante esse muito superior às rendas normais do Estado ¹²). As repetidas confissões de miséria, aperto e esgotamento por parte da Coroa, tiram daí, certamente, a maior razão e a sua maior justifica-

ção. Em 1635 confessava o monarca para as entidades do Entre-Douro e Minho: «ainda que minha real fazenda está de todo consumida não só a dessa coroa de Portugal mas também a de Castela e as cousas desta monarchia estão por todas as vias apertadas e necessitadas de Remédios grandes e Efficazes»¹³.

Os apertos financeiros da administração central (ontem como hoje) só encontraram uma solução para a «crise» em que se enredaram: a imposição fiscal, sempre desigualmente repartida (ainda que de quando em vez atacando certos privilégios). Daí, sempre também, mal recebida, mal suportada, deparando inevitavelmente com as mesmas queixas gerais de miséria e de fome. O ataque, ou a lesão, ainda que passageiro a determinados privilégios, engrossou e fez mais claros e generalizados os protestos e as confissões de indignência.

A escassez para a Coroa era grande e daí os pedidos amiúde repetidos e renovados. Daí também a ânsia e expectativa com que se esperavam os remédios «externos» mesmo que esporádicos. Facto que, por sua vez, patenteia a dependência vital das rendas e receitas da coroa das armadas e desse comércio exterior (ultramarino). Nesses tempos difíceis, a chegada da frota ou embarcação desse comércio era motivo de satisfação, a fazer alarde por todo o Reino com festividades de acção de graças... Eis o exemplo de 1636: «a frota dos açúcares foi cousa tão consideravel que justamente se devem dar graças a Deus por ter trazido a salvamento pelo que vos recomendo *se fação acção de graças nas Igrejas*»¹⁴. E outros exemplos se poderiam repetir. «Te-Deums» de acção de graças se promoviam então, pelo alívio que isso trazia à burocracia e aos gastos centrais!

Todavia do confronto dessas confissões de miséria com o apuramento efectivo, ou pressentido, da real situação das cidades, e dos estratos que nelas vivem, como do apuramento da marcha dos réditos de alguns desses grupos — como por exemplo do clero (pelo menos de algum quer a nível individual quer a nível institucional —, levam a que devam ser tomadas, para já, pelo menos, com prudência e precaução às vezes mesmo com sérias reservas.

Sem preocupação, de sermos exaustivos repare-se, por exemplo, em factos comprovados pela análise documental: o crescimento — às vezes até acelerado das rendas do clero (tanto regular como secular praticamente para todo o período em toda a zona do Entre-Douro e Minho. Sintoma, neste caso, de retoma se não mesmo intensificação da actividade agrícola). O clero secular é particularmente repetitivo e recorrente nas confissões de sua miséria nas rendas e proventos quando se vê também solicitado pelo governo central. Todavia em Braga, por exemplo, a cobiça dessas rendas era de tal ordem que por 1608-1610 todos sobre elas se precipitaram, no sentido de mete-

rem mão sobre tão pingues benefícios (infere-se, naturalmente, que seriam sólidos e iriam em crescimento, não em redução... e dificuldades de morte!)

Em 1616 diz-se que as rendas de novo Arcebispo de *multiplicavam como que por milagre*: grandes obras, grandes dispêndios... mas as rendas não *minguavam* com isso, *antes parece que miraculosamente se multiplicavam*. (A não ser que se continue a acreditar em milagres... teremos que procurar a razão noutras causas mais concretas...).

Em 1619, uma contagem e cálculo de dinheiro e giro de comércio no Reino, deixou-nos a referência expressa a uma enorme concentração de dinheiro (o mesmo sucederia aliás em 1597) — em cima, pois, e desta feita também, de um período de aperto para a Coroa. Filipe II pedira, então quatro milhões aos homens de negócio do reino. E estes também, não obstante as dificuldades gerais e bem confinadas, nem sequer lho regatearam!

O mesmo se diga em relação às cidades. Veja-se como ilustração o Porto. Entre 1620 e 1621 confessa ir no extremo a sua miséria: falta de tratos, quebra nas rendas. Pouco adiante, em Dezembro de 1621, a vereação diz ser urgente e necessário alargar o número de «correctores» porquanto cresceram muito os contratos e havia afluxo de muitas mercadorias¹⁵. Pouco depois, em 1622, todos querem largar os seus ofícios para se fazerem «medidores» e intermediários nas mercadorias. Ainda depois, em 1624, a quando do apresto da armada de socorro para o Brasil os protestos não surgem, como por milagre... (Que diferença em relação ao socorro da Índia pedido em 1620)! Faria e Sousa sublinha a enorme prontidão com que em todo o Reino se aprestou esta armada de socorro (tanto em armas como em gentes). Como se aperto não existisse em parte alguma!¹⁶ Também por 1624-30 é grande o giro do negócio, de nacionais e estrangeiros os quais concentram em alguns géneros grossas somas. E desta feita em artigos de produção interna, como, por exemplo, os vinhos. Mas, na mesma altura, quando se começa a tentar reunir o capital necessário para a Companhia do Comércio do Indico, a miséria já está bem instalada por todo o lado... e aos olhos de todos!... Isto para a cidade do Porto¹⁷! Mas não só aqui. Eis Braga em 1625 (novamente — e aquando do referido pedido para a dita Companhia do Comércio). Queixa-se da sua miséria, de estar «demasiado metida no sertão», sem comércio, sem rendas. Todavia é manifesto que é um bom centro comercial: o maior, sem dúvida, no coração do Minho. A sua população está em crescimento. O seu mercado e alfândegas são reformulados de molde a poder atrair e recolher convenientemente os numerosos mercadores nacionais e estrangeiros — estes

sobretudo da Galiza e das Castelas. Faz-se aí, e na região, activo comércio nos textéis, em particular, tendo feitores e armazéns de grossistas em locais afastados: Lisboa, sobretudo. O mesmo se diga na «indústria» e manufacturas do couro e também de chapelaria ¹⁸. Poderia repetir-se o mesmo para Guimarães. Entre 1620 e 1640 era activa a produção e comércio de certos géneros, em particular os textéis e o linho em primeiro lugar. A cidade e termo são percorridos por mercadores que por conta de Madrilenos e Sevilhaños, muito em particular, como expressamente se refere, serão impedidos de o fazer a partir de Junho de 1640. E, quando D. João IV lhes vem pedir contribuição para defesa do Reino, dirão que agora (1641-42) nada têm e vivem na miséria visto que os tratos que aí havia e faziam a cidade próspera acabaram! (Pudera, tinham-nos proibido!) ¹⁹.

Pouco depois é o coro generalizado em todo o Reino (quando está iminente a derrama do real d'água). Tomemos um exemplo do Entre-Douro e Minho — ainda que privilegiado — Viana.

Em 1636, Viana do Castelo confessa a sua profunda miséria e abatimento (chega mesmo a dizer que de 70 navios que anteriormente trazia no mar mais não teria então que quatro embarcações). ²⁰ Todavia, esta vila enredada em tal miséria (ainda que sem dúvida já em inícios de recessão económica) oferece para resgate da imposição do real d'água 30 000 cruzados. Soma então muitíssimo considerável — que só uma população fora dos esquemas de miséria poderia oferecer! Na verdade, a avaliar pelo número de fogos que então possuía, estaríamos perante uma altíssima capitação por fogo. Um *Tratado sobre as décimas* ²¹ toma como ricos aqueles que têm mais de 100 000 reis. A avaliar por essa bitola os habitantes de Viana seriam todos ricos (e alguns bem ricos)! Passaremos em branco as anomalias que as médias estatísticas engolem, mas certo é que a cidade confessa, de viva voz «que nenhum outro povo (deste Reino) ofereceu a S.M. tão grande quantia!»! Só, pois, uma povoação fora dos quadros da miséria — que por outro lado se confessa — poderia adiantar tais somas ²² (e passe embora a efectiva recessão que ali já então principiava!).

Tomemos como outro ponto de referência e como uma ordem de grandeza outro exemplo tomado para 1632:

O aperto da Coroa leva ao pedido e ao levantamento de um subsídio eclesiástico (o qual só se pagaria do grosso: pão, marrãos, galinhas, ltuosas e laudémios. (Como se vê também com exclusiva incidência nos géneros agrícolas e no sector agrícola)! O Arcebispado de Braga é colectado com 1/4 de todo o Reino, computando-se essa renda global em cerca de 1 848 000 cruzados! Dá-nos isso uma

ideia — creio — da relação da grandeza apreciável, quanto ao potencial agrícola atingido nestas zonas do país.

Só isso justifica, por seu turno, o crescimento demográfico que a mesma região sentiu entretanto. Por 1624, António de Oliveira calcula que aqui se concentra cerca de 1/4 da população do Reino e com um notável crescimento da ordem dos 82% relativamente às contagens de 1537 ²³! E sabe-se o que isto significa dentro deste tipo de economias e sociedades do Antigo Regime!

A extensão de determinadas culturas foi um facto claramente verificado em toda a primeira quarentena do século XVI, a vinha em particular (mas não só): no vale superior do Douro, nas terras de Monção, na parte central do Minho (Ponte de Lima, Ponte da Barca e Basto) ²⁴. E sabe-se também que neste tipo de economias isso significa invariavelmente volumes de mão de obra acrescidos, reforçados caudais demográficos, acumulação de recursos agrícolas disponíveis, incremento das actividades, etc. ²⁵.

É evidente que estes testemunhos (e outros se poderiam juntar) não traduzirão, certamente, uma situação linear de prosperidade, ou sequer ausência de crises. Não traduzirão também uma situação cronologicamente sincrónica com outras áreas do país que torne possível uma generalização rápida ao todo nacional. Nunca aliás defendemos isso! Não se ignoram fenómenos globais adversos (intrínsecos e extrínsecos). Entre estes, e apenas como exemplo, a «abertura da caça» aos cristãos novos (que deu pretexto a que na rede viesse outra caça grossa que prejudicou gravemente, em certas regiões, a actividade económica particularmente mercantil). Com maior ou menor violência os efeitos fizeram-se sentir desde os terminais marítimos em ligação directa e imediata com o grande comércio exterior aos centros activos do interior do país: do Algarve a Bragança; de Tomar ao Porto. O Algarve viu-se particularmente afectado, descapitalizando-se os centros mais nevrálgicos com a perseguição e a fuga dos homens de negócios ²⁶. Em Bragança as terras despovoam-se saindo parte das suas populações para as Castelas, afluindo outras a pontos vários do litoral ²⁷.

Em Tomar — no centro do país, mas bem posicionada na ribeira do Tejo — os efeitos foram também graves e até precocemente sentidos (desde 1609 «temos o tempo e as misérias delle tão impossibilitadas como o de todo o reino em geral que em força temos para lhe oferecer ainda mui pequeno serviço porque esta vila esta a mais miserável de Portugal porquanto estão presos pelo Santo Officio mais de 50 homens da Nação, e ausentes muitos mais, os quais eram mui ricos e em cujo trato estava todo o dinheiro deste povo.» ²⁸.

O Porto, terminal marítimo, bem activo e em azáfama crescente de tratos «cidade por rezão de seu sítio e grandeza membro principal na monarchia»²⁹ pelos anos vinte queixa-se amargamente do mesmo flagelo, dos estragos e males causados ao ser-lhe solicitado o serviço para socorro da Índia. A causa da falta de riqueza e dinheiro fora a perseguição aos homens de negócio pelo Santo Offício «e cuja confiscação nella (gente de negócio) se entendia importara [em] mais de trezentos mil cruzados para a Fazenda Real»³⁰. E outros lugares se poderiam juntar.

Não se esquece tudo isso — e ainda muitas outras realidades adversas.

Servem tão só estas considerações e estes exemplos para chamar a atenção para a necessidade de um estudo desapassionado deste período; para mostrar que ele não é homogéneo e que, finalmente, há que enquadrar esta variedade de testemunhos aparentemente contraditórios nos movimentos de curta, média e longa duração de que o período — como todos os outros — se compõe e se urde.

E quanto às confissões de miséria teremos de as tomar, a partir daí, como aquilo que elas realmente são e representam nesses pequenos quadros em que todo o período se decomporá. Caso contrário teremos inevitavelmente que as definir e encarar de outro modo e com outros possíveis significados. «Raras vezes os povos, nas suas relações com os governos blasonam da sua prosperidade; são pelo comum propensos a lamentações, excepto quando as conveniências lhes aconselham o contrario»³¹.

Assim a resposta que propomos (e que assenta em dados que julgamos dignos de ponderação) passa, não pela conciliação dos dois tipos de testemunhos, dos dois tipos de atitudes historiográficas, mas pela consideração de realidades diferentes ou diferenciáveis, no tempo e no espaço, e nem sempre coincidentes e nem sempre justapostas.

Tomemos, assim, e ainda que como exemplo, o comportamento de Entre-Douro e Minho (que pode, aliás, significar uma área muito mais vasta) e visando com particular incidência — desta feita — as suas actividades internas, o pulsar de todo o seu *hinterland* agrícola durante esta primeira metade do século XVII.

Os indicadores que tomamos para esta região de Entre-Douro e Minho são de diferente qualidade e sob diversos aspectos. Todos eles preferentemente extraídos de fontes regionais: sobre a produção agrícola; algo comercial e «industrial»; sobre a demografia (ainda que amostra) e sobre os preços agrícolas. Conjugam-se todos eles ainda com referências de carácter qualitativo que contribuem — creio — para o necessário enquadramento global.

Fizemos a observação e leitura sobre dados de diferentes proveniência geográfica e respeitantes ora a explorações directas, ora indirectas (dízimos de várias paróquias da região — os quais, para já, devem considerar-se representativos da toda a área entre os rios Minho e Douro).

Deixando de lado a variedade de causas que terão influenciado e dado a modelação final aos movimentos que foi possível desenhar, poderemos traçar, em síntese, as seguintes modelações quanto à produção cerealífera (trigos e segunda — mistura milhos e centeio). Os primeiros anos do século XVII (até mais ou menos 1605/1606) andam notoriamente enredados em sérias dificuldades, e normalmente coincidentes com algumas crises de subsistência cumuladas por pestes e fomes que caracterizam a soldadura do século (e que terão marcado gravemente a década de 90, particularmente os anos terminais).

Entre 1607 e 1613, surge-nos como um período instável com anos de boas produções (1607, por exemplo) e de produções reduzidas e menos boas — 1610/1613 (em que sobre este ano, em particular, se devisa a existência da crise). Na globalidade, porém, com tendência para se sair das dificuldades registadas no período anterior.

A partir de 1614 até 1618/19 começa o ciclo dos anos bons às vezes com crescimentos volumosos (só o ano de 1617, destoa, com preocupação nesse conjunto).

Este primeiro bom bloco que nos fornece o século XVII para a região é então cortado abruptamente pela primeira grave crise do século XVII, deixados de fora os anos iniciais. Esta crise situa-se, de facto, sobre níveis de produção muito mais elevados.

As dificuldades surgem em 1619 e vão em progressão constante até 1622, ano que aparece como o mais difícil de todos. A primeira metade de 1623 é ainda afectada, mas as boas produções desse ano vêm colmatar as dificuldades sofridas.

Segue-se então a partir desse ano um ciclo de boas e melhoradas produções, às vezes com volumes notáveis (que só algumas vezes serão ultrapassadas, a custo, nos melhores períodos do século XVII). Os anos terminais deste curto, mas belo período, apresentam já volumes mais reduzidos mas soldam-se indubitavelmente a este bom bloco de produções.

Surgirá, a partir de então, um novo afundamento e este, sem dúvida, mais grave que o anterior: abre-se a partir de 1629 e apresenta como anos particularmente agravados os de 1630 e 1632 (em algumas séries decimais os resquícios da crise vão prolongar-se até 1634/35!). Segue-se uma recuperação, como já assinalámos, ainda que em termos menos vivos mas com anos bons: 1636 (1637) e 1638. Sendo os seguintes ainda detentores de volumes que os deixam fora

do movimento subsequente — ainda que a modelação para a baixa se anuncie já.

A partir de então (1639-40) é um movimento de recessão e de crise que poderemos levar até cerca de 1652. Período de perdas acumuladas e sucessivas, particularmente após 1641.

Todavia também no seu interior se podem observar algumas modelações: o período de crise e abatimento mais grave entre 1641/44; daí em diante uma ligeira recuperação, mas dentro ainda de ciclos de crise, visto se estar em níveis e volumes baixos de produção agravados ainda em 1649-50/51. Pequenas fases de recuperação onde, em lado nenhum, se chegam a atingir os bons níveis verificados na década de vinte!

Em termos de longa duração teríamos:

1605/6-1638/39 — como um período de crescimento constante da produção, com ritmos diferentes que vão de indícios de recuperação de perdas sofridas ³² até à expansão, mais ou menos notória, a partir de 1615 e particularmente clara durante a década de vinte (1623-1628). Estes bons anos são cortados por um período de dificuldades graves geralmente localizadas entre os anos de 1629/30 e 1632 em que o ano de 1633 ainda se vê afectado. (Algumas dificuldades também em 1617, 19 e, sobretudo, 1621-22). Segue-se uma recuperação lenta dessa crise grave, a qual ainda que com feição menos movimentada registará volumes acrescidos de recomposição geralmente até 1638/39 com anos particularmente bons em 1636 (1637) e 38 e estando 1640 e até 1641 ainda fora de dificuldades perturbadoras. Os anos subsequentes vão apresentar fisionomia diversa: 1638/39-1650/52 — período de notória recessão e geralmente de perdas acumuladas (particularmente notórias após 1641). Se o crescimento esmorecera desde o período grave de 1629/30-33, as quebras surgidas a partir de 39 vão abrir um novo movimento de recessão, que se terá rapidamente acumulado, e agravado as dificuldades, por surgir sobre um tabelado já menos sólido e consistente como foi o de 1633/39. (Anos graves: 1644-45; 1649-50/51).

As produções vinícolas, que levantamos para a região, apresentam correlações muito próximas com os movimentos apresentados pelos cereais (e passe embora a fisionomia que normalmente acompanha estas séries e curvas: ritmos próprios — às vezes nada sincrónicos —, maior nervosismo e maiores amplitudes de variação, maiores diferenças intra-regionais). Estes dados, porém, nem sempre são dos melhores e nem sempre são contínuos. Todavia, sobre várias séries constituídas poderemos ensaiar a sua modelação global e a partir de conjuntos que de modo diferente se posicionam no interior da região.

As áreas de S. Tirso (curso médio do Ave), região bracarense (áreas de uma e outra margem do curso médio do Cávado), áreas circumpostas a Valença e áreas de transição no sul numa observação conjunta e global, mostram, pelo geral, boas produções até alturas de 1640 com volumes por vezes bem elevados na década de vinte (a partir de 1624/26). A leitura dos tempos posteriores é mais difícil porque os dados são mais lacunares. Mas vejamos em concreto: S. Tirso — seguro crescimento de 1624/26 a 1638 com volumes particularmente altos entre 1635-37, (que só serão ultrapassados na década de quarenta do século XVII). Entre 1644-46 mostra esta série volumes ainda apreciáveis mas, segundo pensamos, englobados num movimento de recessão que vem desde 1638. É dentro dessa mesma modelação que se manterá até 1652, altura em que a crise mais se acentua registando-se então os níveis mais baixos de toda a série entre 1647 e 1652. Após 1652 assinala-se uma ligeira recuperação, mas em níveis ainda muito modestos.³³ Na área bracarense anote-se igual crescimento durante toda a primeira metade do séc. XVII particularmente notório desde 1626³⁴. Mas é a área de Valença (a partir de Ganfei) que ilustra do melhor modo o comportamento destas produções sublinhando os indicadores melhores de S. Tirso. Volumes importantes registados na primeira quarentena do século XVII, especialmente a partir de 1626, que só a segunda metade do século XVIII conseguirá ultrapassar (caso dos anos de colheita de 1629-31 que se apresentam com elevados volumes ainda que não saibamos se com perdas ou não, relativamente a 1626-29 por nos faltarem os dados para estes anos). Noutros casos entre 1638 e 1640. Deparamos então com os hiatos documentais que nos deixam depois em claro o período até 1646. Todavia, entre 47 e 50 está-se em quebra de produção (ainda que em volumes ligeiramente mais elevados). Há, pois, desde 1640 até, pelo menos, 1650 uma modelação de recuo nas séries vinícolas desta região.

Um segundo conjunto é-nos dado por áreas mais a Sul e algumas delas já a caminho do interior (Paço de Sousa, Pombeiro, Arnoia e ainda Pendorada e Travanca). Em Paço de Sousa registam-se igualmente bons níveis de produção a partir de 1626 até 1640, mas com quebra bem notória entre 1629-1632). Todavia, entre 1635 e 1638 registar-se-ão novamente bons níveis. O maior volume irá porém apresentar-se entre 1647 e 1649. Pombeiro: bons níveis entre 1626-29 como também 1636-38, marcando de modo particularmente claro quebras duras entre 1629 e 1632 e após 1640-41 um rosário de dificuldades até 1652 com anos particularmente graves a partir de 44 (mas de cujo afundamento se vem depois tentando sair recuperando, particularmente após 1652). Arnóia: modelação idêntica ainda que as

quebras venham aqui em recessão desde os bons níveis de 1626-29. Perdas entre 1629-32. Volumes inferiores desde 1635-38 mas mesmo assim, acima dos valores registados para 1652-56!

As indicações do comportamento demográfico apontam para um ciclo de dificuldades e crises que, vindos dos últimos anos do séc. XVI (1594/6 e 1598/99), se irão de um modo geral reflectir por toda a primeira quinzena do século XVII (com anos particularmente difíceis como 1598-99; 1600-1602; 1606-1608-09; 1611 e 1613).

Após 1614 irá, porém, assistir-se a uma melhoria sensível, iniciando-se um movimento inverso de recuperação e até de expansão que em termos de longa duração se poderá levar até 1638 (1639, ainda que com bons níveis, inicia já o movimento inverso de recessão).

Este período é, porém, decomponível em três etapas distintas, marcadas por outras tantas crises: a primeira entre 1619 e 1622. Anos difíceis os de 1619 e 1621-1622 (estando o de 1620 fora das dificuldades).

É a primeira crise, a qual ainda que grave (e a deixar resquícios em alguns lados ainda em 1623), não corta a recomposição demográfica que vai prosseguir de modo claro nos tempos posteriores até 1628. Na verdade, desde 1623 que não há indícios de crises nem de rebates graves. Seguir-se-á, porém, no fim da década uma crise particularmente grave: e de um modo geral presente a partir de 1629 e acentuada em 1632-33 (acumulada com fomes e carestias de grãos). Os anos mais graves são os de 1631 e 1633. É de facto uma crise, do ponto de vista demográfico, mais grave e mais marcante que a dos anos vinte. Todavia, o crescimento irá ainda prosseguir e, desta feita, em termos particularmente notórios até 1638! O ano de 1639 iniciará então o movimento inverso de recessão apontando para outro movimento. Surgirão anos particularmente difíceis a partir de 1642 até 1647 (1642; 1643-44; 1646-47, e 1649-50), permanecendo-se em dificuldades evidentes até 1651.

Só a partir de então entre 1651-52 começam a aparecer sintomas de recomposição demográfica (e particularmente evidentes até os anos de 1656). Mas cai-se em novo ciclo de dificuldades entre 1657 e 1661-62 (anote-se também que os anos de 1651-52 aparecem, por outro lado, ainda conotados com dificuldades frumentárias em várias localidades).

A colecção de dados referentes aos preços dos vinhos nos mercados da região sugere analogias tentadoras com os indicadores da produção³⁵. Preços normalmente elevados nos inícios do século. Ainda para 1610, 1613, 1617 e 1620 (e sobretudo 1621-22). Quando os dados aparecem estão em queda desde 24/26 até 1630 para voltarem a estar em alta entre 1631 e 1635 (com ligeira quebra em 1634), mas geralmente elevados a partir de 1642 (a 1644) com valores nova-

mente altos entre 1648 e 1652! Algumas referências ao azeite sublinham os anos de crise de 1613, 1620-22 e, sobretudo, dificuldades concentradas entre 1629-31 e 1632-33.

O comportamento dos preços dos cereais (conjunto dos trigos e da segunda ³⁶) é, porém se possível, ainda mais elucidativo. Séries mais contínuas (ainda que apresentando também lacunas) dão-nos os seguintes movimentos, os quais mais solidez ganham quando referenciados aos dados já acima apontados:

No seu conjunto, estão geralmente altos entre 1596 e 1611-12, para baixarem sucessivamente — ou manterem-se em patamares baixos — até 1620. Estão altos, denotando crise de produção ou abastecimento até 1622. Voltam então a registar valores modestos nos anos subsequentes para subirem rapidamente e para picos elevados de 1629 a 1633. Crise e agravamento particularmente claro nos trigos. Descerão novamente nos anos subsequentes e 1637 registará — apenas para o caso do mesmo cereal — uma ligeira subida. Mas, na verdade, não poderemos falar aí nem de crise, nem de inversão. Antes pelo contrário esse ano inscreve-se numa modelação de descida que vem desde 1633-34. Surge-nos assim, como ano de paragem na descida que irá continuar. Verifica-se o mesmo para os vinhos. Aqui a crise ou ano difícil não está em 1637, mas seguramente em 1639 que iniciará um novo movimento).

Finalmente um breve rastreio de dados referenciais respeitantes ao comportamento e às afecções climáticas e atmosféricas (ainda que não unicamente respeitantes à região mas de que aqui se encontram ecos explícitos — por exemplo em quase todas as actas das vereações dos municípios da região) apresentar conotações muito interessantes e curiosas que, sem dúvida, acentuam e reforçam os movimentos aqui traçados, sobretudo para os períodos e anos de crise. Temos, assim, um conjunto de dados que da produção à demografia, dos preços aos outros dados conjunturais (a que se poderia juntar a activação dos mesteres, a dinamização e activação dos mercados interiores e das próprias escáfulas marítimas (para além das suas naturais discrepâncias) apresentam uma variação conjunta, *delimitando claramente momentos muito diferentes* para toda esta primeira metade do século XVII, pelo menos no interior desta região tão importante seja do ponto de vista do seu potencial económico seja demográfico e populacional.

NOTAS

¹ Nicolau Sanchez-Albornoz. *España un Enigma Histórico*, Buenos Aires, 1962, 2.^a ed. Sudamerica.

² J. Vicens-Vives. *Manual de Historia Económica de España*. Col. de J. Nadal Oller, Ed. Vicens-Vives. Barcelona, 1965, 375

³ Vide por todos A. Castro. *Lições de História de Portugal 2. As classes populares na formação, consolidação e defesa da Nacionalidade. Sécs. XVI-XVII*, Ed. Caminho, Lisboa, 1983.

⁴ Consta-se afinal que o esquema explicativo não melhorou. Tornou-se, por vezes, até mais confuso e acrítico. (Insustentável, finalmente à luz de estudos, aquisições e interpretações críticas que de processos similares se têm produzido em toda historiografia europeia para este período e para processos e fenómenos paralelos. (vide a propósito palavras de E. Labrousse no «Colloque d'Histoire Sociale» Saint-Cloud, Mai-1967, *Conclusão*.)

⁵ Orlando Ribeiro, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lv. Sá da Costa, Lisboa, 1986. ed. (Revista e aumentada).

⁶ Dentro desta região temos em consideração sobretudo os casos do Porto, Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Barcelos, e até Vila do Conde.

⁷ Se os estudos a partir de 1600 são poucos, para os tempos anteriores rareiam ainda mais. Daí esta delimitação bastante arbitrária, pelo certo.

⁸ O seu comportamento poderá ainda traduzir o processo global seguido pelo grupo dos «privilegiados» e permanecem associados à Coroa e ao «seu» comércio. A sorte destes dois agentes e intervenientes terá sido em grande parte sincrónica e paralela.

⁹ Em registo quer de Actas das respectivas Vereações quer da correspondência vária, sobretudo enviada do poder central ou da própria câmara de Lisboa.

¹⁰ Aurélio de Oliveira, *Alterações no Reino de Portugal. I. Os Motins de Vila Real em 1636*. Porto, 1973, p. 11.

¹² Vitorino Magalhães Godinho, Conferência apresentada no âmbito dos Encontros da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Coimbra, Janeiro de 1982.

¹³ Arquivo Municipal de Braga. Carta de 17-6-1635.

¹⁴ Idem. Carta de 2-9-1636.

¹⁵ A.H. Municipal do Porto, Vereação de 29-12-1621.

¹⁶ Manuel de Faria e Sousa *Epítome de las Histórias Portuguesas*. Madrid, Francisco Martins, 1628, p. 598-599.

¹⁷ A.H. Municipal do Porto. Liv. vereações n.º 45-Passim.

¹⁸ A.Municipal de Braga. Liv. de vereações n.º 1909. Passim.

¹⁹ Aurélio de Oliveira. *Indústrias em Braga. As primeiras manufacturas de curtumes*. Braga, 1987 e *Municipalismo e integração económica. Braga e Guimarães na 1ª metade do século XVII*. (no prelo).

²⁰ Aurélio de Oliveira. *Contribuição para o estudo das Revoltas e motins populares em Portugal durante a época Moderna. As sublevações de Viana do Castelo em 1636*. Porto, 1979 (dact.). 30.

²¹ Datado de 1642. Vide nota 25..

²² Tenha-se por outro lado em causa que, o socorro reunido para o Brasil após a tomada de Olinda somou em todo o Reino pouco mais de 21 contos! Viana, naquela oportunidade oferecia, só por si, um resgate de 12 contos!

²³ António de Oliveira. *Joaquim Veríssimo Serrão. Uma Estimativa da população portuguesa em 1640*. Lisboa 1975. (*Recensão crítica*) in «Revista Portuguesa de História», t. XV, 1975.

²⁴ Aurélio de Oliveira, *Vinhos de Cima Douro na primeira metade do século XVII*. V. Nova de Gaia, 1985.

²⁵ Ainda sob reserva, mas com certa segurança, tomados como ordem de grandeza cálculos sobre o giro do negócio no Reino para 1619, dariam, por estimativa, para a província de Entre-Douro e Minho um giro na ordem de 60 milhões de cruzados, contra apenas 35 nas restantes províncias do País e uns 100 concentrados em Lisboa (Ms. do Arq. Munic. de Braga em trabalho para publicação). O que mais uma vez confirma e solidifica — segundo penso — os arrazoados que se têm vindo a expor.

²⁶ Joaquim Romero Magalhães. *E assim se abriu Judaísmo no Algarve*. Coimbra, 1982.

²⁷ Abade de Baçal, *Memórias Archeologicas do Districto de Bragança*, Coimbra, 1948, t. XI, Passim (p. 120-212).

²⁸ *Anais do Município de Tomar*, vol. IV, 1581-1700. Tomar, 1968, p. 109. (Em resposta à Câmara de Lisboa).

²⁹ Arquivo Histórico da Cidade do Porto. Liv. de Vereações n.º 44, p. 347 vº.

³⁰ Soma avultadíssima! Arquivo Histórico da Cidade do Porto, Liv. de Vereações, n.º 44, p. 324, 324 vº.

³¹ A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903, p. 17.

³² O que não se poderá perentoriamente afirmar por se desconhecer ainda a modelação e comportamento dos tempos anteriores.

³³ Dados das produções e explorações directas do Mosteiro Beneditino de S. Tirso.

³⁴ Dados da Abadia Beneditina de Tibães e de alguns mosteiros da margem direita: Rendufe e Carvoeiro. Este apresenta séries bastantes lacunares. Todavia os volumes de 1626 estão muito acima dos registados entre 1647-1650.

³⁵ Preços também extraídos dos livros de Recibo da Abadia de Tibães (ainda que também lacunares).

³⁶ Igualmente extraídos dos livros de Recibo da mesma Abadia acima referida. Poderá consultar-se também ainda: António de M. dos Reis. *O preço dos cereais em Ponte de Lima (1625-1925)* «Almanaque de Ponte de Lima. 1980», Ponte de Lima, 1980, p. 149-160. Aquelas por nós próprios coligidos e tratados em *Elementos para a História dos Preços na Região Bracaraense*, «Bracara Augusta», 1971-72, Braga, 1973.